



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS
Rua Granja Barreto, s/nº, Outeiro da Cruz, São Luís – MA CEP: 65.040-620

L. PROJETO BÁSICO

A. IDENTIFICAÇÃO

Nome do projeto: Caravana de Fortalecimento do Controle Social na Defesa dos Direitos Humanos no Maranhão			
Órgão / Instituição Secretaria de Estado dos Direitos Humanos		C.N.P.J. 09556140/0001-15	
Endereço completo Rua Granja Barreto s/n – Outeiro da Cruz - São Luís – MA		(DDD) Telefone/Fax Fone/Fax: (98) 3243-3135	CEP 65040-620
Nome do responsável pela instituição Eurico Fernandes da Silva			C.P.F. 077848134-49
RG/ Órgão Expedidor 740484 - SSPMA	Cargo Secretario de Estado	Função secretario	Matrícula 1597061
Endereço completo Av. Jequitiba, 51, COHEB do Sacavém		CEP 65043-380	(DDD) Tel./Fax
E-Mail			

B. CONSIDERAÇÕES GERAIS

A Secretaria de Estado de Direitos Humanos é um órgão do Governo do Estado do Maranhão, criada pelo Governador Jackson Lago – Lei de nº 8.757, de 25 de março de 2008 e regulamentada pelo Decreto 23.880 de 10 de abril de 2008, tendo como finalidade:

Articular junto às secretarias de estado a formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas de promoção, proteção e defesa dos direitos humanos da população e dos direitos das pessoas com deficiência.

Articular junto às secretarias de estado a formulação, acompanhamento e avaliação de programas, projetos e atividades específicas que concorram para o desenvolvimento e resgate da cidadania do povo maranhense.

Participar da formulação, coordenação e acompanhamento das políticas a serem executadas pelos demais órgãos do estado.

Promover, coordenar e avaliar a execução de políticas públicas voltadas ao atendimento dos direitos humanos e dos direitos das pessoas com deficiência.

Tem como Principais **Áreas de Atuação:**

Erradicação da Tortura

Erradicação do Trabalho Escravo

Erradicação do Trabalho Infantil

Educação em direitos Humanos

Comunicação em Direitos Humanos

Fortalecimento dos conselhos de direitos

Desenvolvimento de campanhas de afirmação dos direitos humanos

Promoção da feira de experiências exitosas em direitos humanos

Organização do premio de mérito

Combate às várias formas de discriminação e violência

Desenvolvimento de ações para implementação dos planos de educação em direitos humanos, erradicação do trabalho escravo, erradicação da tortura, acessibilidade e combate à homofobia.

C. JUSTIFICATIVA

Os Direitos Humanos historicamente conquistados através das lutas emancipatórias e libertárias da humanidade constituem-se enquanto patrimônios ético, jurídico e político que, concretizados através das políticas públicas sob os princípios da universalidade, integralidade e indivisibilidade, visam à realização da dignidade da pessoa humana.

A realização dos Direitos Humanos exige a intervenção direta do Estado - em todas as suas esferas e poderes – cujo compromisso com a garantia da cidadania e da dignidade dos cidadãos deve ser assegurado para que seja possível a redução da situação de exclusão, desigualdade, discriminação e pobreza que assola a realidade.

É necessário portanto que sejam elaboradas, implementadas, monitoradas e avaliadas políticas públicas voltadas para a concretização desses direitos na vida de cada cidadão e cidadã, respeitando as suas particularidades de raça/etnia, orientação sexual, gênero, idade... E esta realização deve ser de forma integral, englobando ações de promoção, proteção, defesa e reparação dos direitos humanos sob a perspectiva de garantir o respeito e a dignidade de todos (as).

No processo de elaboração e fiscalização dessas políticas públicas, com a Constituição Cidadã de 1988, foi possível garantir um espaço de participação popular, através de suas organizações representativas. Os conselhos municipais de direitos e de políticas públicas estão instituídos em todos os municípios maranhenses, principalmente os ligados às áreas da saúde, da educação, da assistência social, da criança e do adolescente, segurança alimentar, desenvolvimento sustentável, do trabalho, do meio ambiente, com a perspectiva de ampliação dos conselhos de cultura, da mulher, do idoso, dos portadores de deficiência, enfim, à medida que as políticas setoriais se organizam o controle social também se estruturam, garantindo a participação da sociedade civil na definição e fiscalização dessas políticas.

Apesar desse processo todo de participação o controle social ainda é muito frágil na execução do seu papel fundamental para a consolidação da democracia no Brasil, principalmente no Maranhão, estado com forte tradição clientelista e autoritária.

Em função da avaliação de que é necessário fortalecer o controle social das políticas públicas o a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos decidiu como estratégia atuar em 21 municípios de 3 regiões no Estado, Alto Turi, Baixo Parnaíba e Cerrado Sul, em três eixos:

Estruturar espaços para fortalecimento do Controle Social nas áreas das políticas públicas e dos direitos criando colegiados de conselhos municipais e/ou fóruns de Direitos Humanos, envolvendo a sociedade civil e o poder público local.

Constituir a Rede de Servidores Amigos dos Direitos Humanos, formada por servidores públicos municipais na perspectiva de implementação dos Direitos Humanos nas áreas da Criança e do Adolescente, da Juventude, Etnia, Mulher, Idoso, Pessoas com Deficiência e GLBTT.

Criar um núcleo de discussão com os vereadores, Ministério Público, Defensoria Pública, Poder

Judiciário, Poder executivo local e sociedade civil local sobre o Sistema Nacional de Direitos Humanos e a criação de Programas Municipais de Direitos Humanos(PMDH).

D. OBJETIVOS

Qualificar a intervenção da sociedade civil e do poder público para o controle social dos direitos humanos nas políticas públicas locais.

Objetivos Específicos:

Ampliar o nível de conhecimento do Sistema Nacional de Direitos Humanos por parte da sociedade civil e do poder público, estimulando a criação e o fortalecimento dos espaços de controle social/conselhos de direitos humanos ou colegiados de conselhos municipais.
Contribuir na formação de servidores públicos para incorporação de novas concepções de direitos humanos, que venham no sentido da superação das desigualdades e identificação das violações aos direitos humanos e
Estimular a criação de programas municipais de direitos humanos.

E. METAS

PRODUTOS E RESULTADOS ESPERADOS

1 - META - REALIZAR A CARAVANA DE DIREITOS HUMANOS NOS MUNICIPIOS DO ESTADO

Objetivos	Atividades propostas	ord	Etapa
Ampliar o nível de conhecimento do Sistema Nacional de Direitos Humanos por parte da sociedade civil e do poder público, estimulando a criação e o fortalecimento dos espaços de controle social/conselhos de direitos humanos.	Realização seminário regional sobre o Sistema Nacional de Direitos Humanos		3 Seminários Regionais sobre o Sistema Nacional de Direitos Humanos realizados (por Região – Baixo Parnaíba; Cerrado Sul e Alto
	Realização oficinas municipais com a sociedade civil e com o poder público sobre o Controle Social nas políticas públicas.		22 oficinas municipais com a sociedade civil e com o poder público sobre o Controle Social nas políticas públicas, com 40 pessoas cada, totalizando 880 participantes.
	Produção material educativo		01 Cartilha sobre controle social da Política de Direitos Humanos produzida (2.500 exemplares) 01 Cartilha sobre o acesso ao Sistema Nacional de Direitos Humanos produzida(2.500 exemplares)
	Produção de Material de divulgação		Material de divulgação produzido (1500 camisetas, 1500 pastas,06 banner,1500 cartazes, 1500 folder,180 adesivos e 04 spots
Estimular a criação de programas municipais de direitos humanos.	Realização de seminários com vereadores, MPE, Defensoria Pública, Poder Executivo Local, Poder Judiciário Local e		03 seminários com vereadores, MPE e Poder Judiciário Local realizados com 60 pessoas cada, totalizando 180 participantes.

Objetivos	Atividades propostas	ord	Etapa
Contribuir na formação de servidores públicos para incorporação de novas concepções de direitos humanos, que venham no sentido da superação das desigualdades	Realização de oficinas com servidores públicos sobre Direitos Humanos		3 oficinas regionais com servidores públicos sobre Direitos Humanos e identificação de violações com 60 participantes cada, total de 180 pessoas.
	Monitoramento e avaliação do desenvolvimento do projeto		Projeto monitorado e avaliado

IMPACTO SOCIAL

RESULTADOS ESPERADOS

10 Colegiados de conselhos municipais de políticas públicas e de direitos representantes da sociedade civil e do poder público capacitados para o exercício do controle social da Política Nacional e Estadual de Direitos Humanos;

11 Fóruns de Direitos Humanos com representantes da sociedade civil e do poder públicos sensibilizados para o exercício do controle social da Política Nacional e Estadual de Direitos Humanos;

Participação regular de 85% dos educandos inscritos no Projeto;

Sistematizadas e divulgadas a experiência da Caravana de fortalecimento do Controle Social na Defesa dos Direitos Humanos no Maranhão;

Consolidada uma metodologia de formação de colegiados de conselhos municipais, na perspectiva da intersectorialidade e garantia dos direitos humanos;

Divulgada as cartilhas sobre a garantia de espaços deliberativos e de controle social para a realização dos Direitos Humanos no Estado do Maranhão e sobre o acesso ao Sistema Nacional de Direitos Humanos

Criada uma rede de representantes da sociedade civil e do poder público sensibilizados para o controle social e para o acesso ao Sistema Nacional de Direitos Humanos

Criada a Rede de Servidores Amigos dos Direitos Humanos;

Criados núcleos municipais de elaboração e acompanhamento dos programas municipais de direitos humanos formado pelos poderes locais

Indicadores de Avaliação

Número e diversidade dos participantes;

Número, abrangência e população dos municípios envolvidos;

Nível de cumprimento das atividades e das metas previstas;

Nível de interesse, participação e aproveitamento dos participantes;

Nível de satisfação dos participantes;

Qualidade dos produtos elaborados;

F. METODOLOGIA/ESTRATÉGIA DE AÇÃO

A metodologia da proposta ora apresentada será pautada no desenvolvimento de ações de articulação, mobilização social e capacitação de representantes da sociedade civil e do poder público, tendo como pressuposto o respeito às diversidades existentes entre os Municípios.

A articulação e a mobilização social será uma ação permanente deste Projeto, e de fundamental importância na preparação dos eventos formativos e na disseminação de uma cultura de respeito aos direitos humanos em âmbito municipal. Nesta linha, pretende-se identificar entidades de referência no âmbito da sociedade civil organizada e instituições do poder público nos municípios escolhidos para desenvolvimento da Campanha.

Será realizado primeiramente um seminário por regional com o intuito de sensibilizar as lideranças da sociedade civil e do poder público para a necessidade de implantação e implementação do Sistema Nacional de Direitos Humanos.

Na etapa seguinte serão realizadas oficinas municipais na perspectiva de criação dos colegiados de conselhos municipais e/ou fóruns municipais de Direitos Humanos.

Serão produzidos material educativo, cartilha sobre controle social na política de direitos humanos e sobre o Sistema Nacional de Direitos Humanos, além de CDs com material sobre os temas e spots para divulgação nas rádios dos municípios envolvidos.

Um momento muito importante no percurso do projeto é a capacitação de funcionários públicos, gestores ou não para a Rede Servidor Amigo dos Direitos Humanos, que além do processo de sensibilização para a questão, referendará pessoas nos municípios.

Também serão realizados seminários com vereadores, com os representantes do Ministério Público Estadual e do Poder Judiciário local, para sensibilizar sobre a importância da criação de redes para acompanhamento dos programas do Sistema Nacional dos Direitos Humanos, bem como da relevância do papel do controle social no monitoramento, fiscalização das ações públicas voltadas a garantir o pleno gozo dos direitos humanos.

Será necessário o estabelecimento de parcerias com a Federação Dos Municípios do Estado do Maranhão - FAMEM para sensibilização dos gestores municipais, com o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos, com o Ministério Público, com os órgãos do poder executivo e do poder legislativo municipal.

O projeto será desenvolvida em 22 municípios prioritários em 3 grandes regiões:

Região	Região de Planejamento	município	População
Baixo Parnaíba Maranhense	Região de Planejamento do Alto Munim	Belágua	5717
		São Benedito do Rio Preto	17191
		Urbano Santos	21747
	Região de Planejamento do Delta do Parnaíba	Brejo	31049
		Santa Quitéria do Maranhão	28341
	Região de Planejamento dos Lençóis Maranhense	Barreirinhas	47850
		Paulino Neves	12799
		Primeira Cruz	11999
Tutóia		46280	
Cerrado Sul	Região de Planejamento do Baixo	São Raimundo das Mangabeiras	15962
	Região de Planejamento dos Gerais de Balsas	Balsas	78845
		Tasso Fragoso	6652
		Fortaleza dos Nogueiras	11578
	Alto Parnaíba	10304	
Região de Planejamento do Sertão	Pastos Bons	17507	

	Maranhense	Paraibano	19453
Alto Turi	Região de Planejamento do Alto Turi	Araguanã	9918
		Governador Newton Belo	11346
		Presidente Médice	6058
		Nova Olinda do Maranhão	17121
		Santa Luzia do Paruá	19633
		Zé Doca	45008

G. DETALHAMENTO DOS CUSTOS

Atividades	concedente	proponente	total
Oficina de controle social da Política de Direitos Humanos (1 evento, 1 dia, 22 municípios, 40 pessoas)	34.400,00		34.400,00
Material Pedagógico	0,00	24.540,00	24.540,00
Seminário Regional sobre a Política Nacional de Direitos Humanos (3 evento, 1 dia, 100 pessoas)	10.380,00		10.380,00
Seminário regional com vereadores, MPE e poder judiciário local sobre o controle social do Sistema Nacional de Direitos Humanos (3 eventos, 1 dia, 60 pessoas)	0,00	5.460,00	5.460,00
Oficinas com servidores públicos sobre Direitos Humanos (3 eventos, 1 dias, 60 pessoas)	5.460,00		5.460,00
Pesquisas de satisfação (400 formulários)	4.780,00		4.780,00
Monitoramento e avaliação do projeto	9.500,00		9.500,00
Produção de material de divulgação	35.480,00		35.480,00
TOTAL	100.000	30.000,00	130.000,00

H. MEMÓRIA DE CÁLCULO

META 1 – Realizar 3 Seminários Regionais sobre o Sistema Nacional de Direitos Humanos realizados (por Região – Baixo Parnaíba; Cerrado Sul e Alto Turi).

Etapa 1- Seminário Regional sobre a Política Nacional de Direitos Humanos (3 evento, 1 dia, 100 pessoas).

Descrição	Unid.	Quant	Valor unitário	concedente	proponente	total
Pró-labore de educador (8 horas, 3 pessoas- 1 pessoa por evento)	hora	24	50,00	1.200,00		1.200,00
Espaço físico (3 eventos x 1 dia)	diária	3	500,00	1.500,00		1.500,00
Apoio logístico local (3 dias, 8 pessoas)	diária	24	30,00	720,00		720,00

Material de consumo (3 eventos, 100 pessoas)	evento	3	200,00	600,00		600,00
Alimentação (3 evento de 1 dia, 100 pessoas)	pessoa	300	15,00	4.500,00		4.500,00
Deslocamento de mediadores	passagem	3	150,00	450,00		450,00
Estadia dos mediadores (3 evento, 1 pessoa, 1 diárias)	diária	3	70,00	210,00		210,00
Pró-labore de mediadores (8 horas x 1 pessoa x 3 eventos)	hora técnica	24	50,00	1.200,00		1.200,00
TOTAL				10.380,00		10.380,00

Etapa 2 – Realizar 22 oficinas municipais com a sociedade civil e com o poder público sobre o Controle Social nas políticas públicas, com 40 pessoas cada, totalizando 880 participantes.

Descrição	Unid.	Quant	valor unitário	concedente	proponente	total
Deslocamento da equipe (22 municípios, 1 pessoa)	passagem	22	60,00	1.320,00		1.320,00
Estadia da equipe (2 dias, 22 municípios, 1 pessoa)	diária	44	70,00	3.080,00		3.080,00
Pró-labore de educador (5 eventos, 16 horas, 2 pessoas)	hora	160	50,00	8.000,00		8.000,00
Espaço físico (22 eventos x 1 dia)	unidade	22	150,00	3.300,00		3.300,00
Apoio logístico local (22 dias x 1 pessoa)	diária	22	30,00	660,00		660,00
Alimentação (22 eventos, 1 dia, 40 pessoas)	pessoa	880	15,00	13.200,00		13.200,00
Material de consumo (22 eventos, 40 participantes)	evento	22	220,00	4.840,00		4.840,00
TOTAL				34.400,00		34.400,00

Meta 2 - 01 Cartilha sobre controle social da Política de Direitos Humanos produzida (2.500 exemplares) 01 Cartilha sobre o acesso ao Sistema Nacional de Direitos Humanos produzida(2.500 exemplares).

Etapa 1- Cartilha sobre controle social da Política de Direitos Humanos e acesso ao Sistema Nacional de Direitos Humanos.

Descrição	Unid.	Quant.	valor unitário	concedente	proponente	total
Cartilha sobre controle social da Política de Direitos Humanos	exemplar	2454	5,00		12.270,00	12.270,00
Cartilha sobre o Sistema Nacional de Direitos Humanos	exemplar	2454	5,00		12.270,00	12.270,00
TOTAL					24.540,00	24.540,00

Etapa 2 – Realizar 3 oficinas regionais com servidores públicos sobre Direitos Humanos e identificação de violações com 60 participantes cada, total de 180 pessoas.

Descrição	Unid.	Quant	valor unitário	concedente	proponente	total
Deslocamento da equipe (3 eventos, 2 pessoas)	passagem	6	60,00		360,00	360,00
Estadia da equipe (3 evento, 1 pessoa, 1 dia)	diária	3	70,00		210,00	210,00
Pró-labore de educador (3 eventos, 8 horas, 1 pessoas)	hora	24	50,00		1.200,00	1.200,00
Espaço físico (3 eventos, 1 dia)	unidade	3	150,00		450,00	450,00
Apoio logístico local (3 eventos, 2 pessoas)	diária	6	30,00		180,00	180,00
Material de consumo (3 evento, 60 pessoas)	evento	3	120,00		360,00	360,00
Alimentação (3 evento, 60 pessoas)	pessoa	180	15,00		2.700,00	2.700,00
TOTAL					5.460,00	5.460,00

Meta 3 – Realizar 3 seminários com vereadores, MPE e Poder Judiciário Local realizados com 60 pessoas cada, totalizando 180 participantes.

Etapa 1 - Seminários com vereadores, MPE e Poder Judiciário Local realizados com 60 pessoas cada.

Descrição	Unid.	Quant	valor unitário	concedente	proponente	total
Deslocamento da equipe (3 eventos, 2 pessoas)	passagem	6	60,00	360,00		360,00
Estadia da equipe (3 evento, 1 pessoa, 1 dia)	diária	3	70,00	210,00		210,00
Pró-labore de educador (3 eventos, 8 horas, 1 pessoas)	hora	24	50,00	1.200,00		1.200,00
Espaço físico (3 eventos, 1 dia)	unidade	3	150,00	450,00		450,00
Apoio logístico local (3 eventos, 2 pessoas)	diária	6	30,00	180,00		180,00
Material de consumo (3 evento, 60 pessoas)	evento	3	120,00	360,00		360,00
Alimentação (3 evento, 60 pessoas)	pessoa	180	15,00	2.700,00		2.700,00
TOTAL				5.460,00		5.460,00

Etapa 2 - Material de divulgação produzido (1500 camisetas, 1500 pastas, 06 banner, 1500 cartazes, 1500 folder, 180 adesivos e 04 spots rádios)

Descrição	Unid.	Quant.	valor unitário	concedente	proponente	total
------------------	--------------	---------------	-----------------------	-------------------	-------------------	--------------

Camisetas	unidade	1.500	10,00	15.000,00		15.000,00
Pastas de nylon para eventos	unidade	1.500	10,00	15.000,00		15.000,00
Banners - impressão (f1, policromia)	unidade	6	175,00	1.050,00		1.050,00
Cartazes - impressão (f 2, policromia, couchê)	unidade	1.500	1,30	1.950,00		1.950,00
Folder (f 8, policromia, couchê)	unidade	1.500	0,60	900,00		900,00
Adesivos Servidor Amigo dos Direitos Humanos – 180 spots para rádio	unidade	180	1,30	234,00		234,00
	unidade	4	336,50	1.346,00		1.346,00
TOTAL				35.480,00		35.480,00

Etapa 3- Projeto monitorado e avaliado.

Descrição	Unid.	Quant	valor unitário	concedente	proponente	total
Formulários - impressão (f 4, P&B, papel 24 kg)	unidade	440	0,50	220,00		220,00
Formulários - aplicação	unidade	400	2,40	960,00		960,00
Formulários - digitação	unidade	400	1,50	600,00		600,00
Consultoria - elaboração, análise e relatório	hora técnica	60	50,00	3.000,00		3.000,00
Consultoria - elaboração, análise e relatório	hora técnica	130	50,00	6.500,00		6.500,00
Relatório da pesquisa - impressão (f 16, P&B, 36 p, 24 kg)	unidade	1.200	2,50	3.000,00		3.000,00
TOTAL				14.280,00		14.280,00

J. PRAZO DE EXECUÇÃO

O projeto deverá ter a duração de 12 (doze) meses a contar da assinatura.

L. PÚBLICO ALVO (BENEFICIÁRIOS DIRETOS E INDIRETOS)

- População em geral
- representantes da sociedade civil.
- representantes do poder público.
- vereadores / MPE / Poder Judiciário local.

. – DATA E ASSINATURA

EURICO FERNANDES DA SILVA
SECRETARIO DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS
MARANHÃO